

MercadoPago.com Representações Ltda.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Semestre Findo em 30 de Junho de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da administração

Em atendimento à Circular nº 3.833/2017 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do MercadoPago.com Representações LTDA. ("Companhia" ou "Mercado Pago") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

O Mercado Pago é uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar as transações que forneçam aos seus usuários mecanismos fáceis e seguros de recebimentos e pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A receita de prestação de serviços do 1º semestre de 2019, montante que resulta substancialmente das tarifas cobradas dos usuários em cada uma das operações, indica um crescimento de 59,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Este aumento também se reflete no valor registrado em Outros Depósitos, que são compostos pelos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento sob sua administração.

O plano de negócio do Mercado Pago prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

Em 01 de novembro de 2018, o Mercado Pago recebeu a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pré-pago de acordo com a publicação no Diário Oficial da União. A administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 29 de agosto de 2019

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
MercadoPago.com Representações Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do MercadoPago.com Representações Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do MercadoPago.com Representações Ltda. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para os assuntos descritos nas notas explicativas nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, as quais indicam que parte substancial das transações da Companhia é efetuada com partes relacionadas, sendo estas relativas ao fornecimento de uma solução integrada de gerenciamento de pagamentos e recebimentos para o domínio MercadoLivre.com, incluindo também o rateio de despesas entre empresas do Grupo. Dessa forma, as respectivas demonstrações financeiras devem ser analisadas considerando esse contexto operacional. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2019, sem comparação com o período anterior, devido à Administração ter optado pela faculdade prevista no artigo 6º, da Circular BACEN nº 3.833/17, de não apresentar informações comparativas nessas demonstrações financeiras por ser tratar da primeira elaboração das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN. A Companhia recebeu a autorização de instituição de pagamento pelo BACEN em 1º de novembro de 2018.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em R\$ mil)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>30/06/19</u>
CIRCULANTE		<u>2.607.694</u>
DISPONIBILIDADES	4	106.028
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	<u>1.909.719</u>
Carteira própria - Livres		1.909.454
Instrumentos Financeiros Derivativos		265
OUTROS CRÉDITOS		<u>573.322</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	306.200
Diversos	6	293.989
(-) Provisão para "chargeback"	6 e 7	(26.867)
OUTROS VALORES E BENS		<u>18.625</u>
Despesas antecipadas		18.625
NÃO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>262.255</u>
OUTROS CRÉDITOS		<u>130.577</u>
Devedores em depósito em garantia	8	81.297
Creditos tributários de impostos e contribuições	8	49.280
PERMANENTE		<u>131.678</u>
IMOBILIZADO DE USO	10	<u>61.917</u>
Outras imobilizações de uso		78.375
(Depreciações acumuladas)		(16.458)
INTANGÍVEL	11	<u>69.761</u>
Ativos intangíveis		140.678
(Amortização acumulada)		(70.917)
TOTAL DO ATIVO		<u>2.869.949</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em R\$ mil)

<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>30/06/19</u>
CIRCULANTE		<u>2.707.117</u>
DEPÓSITOS		
Outros depósitos	12	<u>1.654.088</u> 1.654.088
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
Recebimentos e pagamentos a liquidar		<u>143.630</u> 143.630
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		
Instrumentos financeiros derivativos	5	<u>3.949</u> 3.949
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Sociais e estatutárias		<u>905.450</u>
Fiscais e previdenciárias	13.a	62
Diversas	13.b 13.c	76.821 828.567
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>162.832</u>
Capital social	15	68.290
Ajustes de avaliação patrimonial		62
Reserva de lucros		75.133
Lucros Acumulados		19.347
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.869.949</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em R\$ mil)

	Nota	30/06/19
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16	<u>41.419</u>
Resultado de operações de câmbio		45.141
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(38)
		(3.684)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>41.419</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>9.930</u>
Receitas de prestação de serviços	17	1.347.257
Despesas de pessoal	18	(48.305)
Outras despesas administrativas	19	(278.090)
Despesas tributárias	20	(207.254)
Outras receitas operacionais	21	50.867
Outras despesas operacionais	21	(854.545)
RESULTADO OPERACIONAL		51.349
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>51.349</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	<u>(17.002)</u>
Provisão para imposto de renda		(30.665)
Provisão para contribuição social		(11.070)
Ativo fiscal diferido		24.733
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>34.347</u>
Quantidade de cotas		68.289.985
Lucro líquido por cota		0,5030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em R\$ mil)

	Nota	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		40.290	40	103.133	-	143.463
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		-	22	-	-	22
Aumento de capital com reserva de lucros (AGE 30/04/2019)	15.a	28.000	-	(28.000)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	34.347	34.347
Destinações:						
Lucros distribuídos	15.b	-	-	-	(15.000)	(15.000)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019		<u>68.290</u>	<u>62</u>	<u>75.133</u>	<u>19.347</u>	<u>162.832</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
Valores em R\$ mil

	<u>30/06/19</u>
Lucro líquido do semestre	34.347
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	19.918
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.210
Efeito do valor de mercado de instrumentos financeiros contratados	3.684
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(24.733)</u>
Total ajustes de reconciliação	41.426
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais	
Títulos e valores mobiliários	(304.843)
Pagamentos e recebimentos a liquidar (ativo/passivo)	73.262
Outros créditos diversos	(121.590)
Despesas antecipadas	(2.683)
Devedores em depósito em garantia	(20.241)
Outros depósitos	209.730
Sociais e estatutárias	3
Fiscais e previdenciárias	50.113
Outras obrigações diversas	156.422
Impostos de renda e contribuição social pagos	<u>(40.756)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>40.843</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisições de imobilizado de uso	(2.800)
Aquisições de intangível	<u>(26.193)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(28.993)</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Lucros distribuídos e pagos	<u>(15.000)</u>
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(15.000)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(3.150)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do semestre	109.178
No final do semestre	106.028
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(3.150)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O MercadoPago.com Representações Ltda. (“Companhia” ou “Mercado Pago”) é constituída na forma de sociedade limitada, domiciliada no Brasil com sede na Avenida das Nações Unidas nº 3003, Parte E, Bonfim, Osasco, CEP 06233-903, Brasil. O Mercado Pago tem por objeto social ser uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar transações que forneçam aos usuários mecanismos seguros e fáceis para recebimentos e pagamentos. Esta plataforma de tecnologia de serviços de gerenciamento de pagamentos é utilizada tanto para o domínio MercadoLivre.com quanto para outras plataformas de *e-commerce* e estabelecimentos físicos, através do qual as transações de pagamento realizadas pelos compradores são processadas e liquidadas para os vendedores e/ou prestadores de serviços, proporcionando aos usuários, segurança nas transações, flexibilidade e conveniência com os meios de pagamento disponíveis.

O Mercado Pago obteve, em 1º de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga concedida pelo Banco Central do Brasil – BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN:

Pronunciamentos CPC

	<u>Resolução CMN/BACEN</u>
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para "chargeback"; iii) prazo de vida útil do ativo imobilizado; iv) prazo de vida útil de ativos intangíveis; v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes; e vi) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Em virtude da Companhia ter obtido autorização para atuar como instituição financeira de pagamento pelo BACEN em 01 de novembro de 2018, passando a enviar as informações requeridas pelo BACEN a partir dessa data, o Mercado Pago optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular BACEN nº 3.833/2017 de não apresentar as informações comparativas de 30 de junho de 2018 por se tratar da primeira demonstração financeira de 30 de junho, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, com prazo original de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;

- Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Mercado Pago, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias “negociação” e “mantidos até o vencimento”.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações a termo de moeda (“Non Deliverable Forward – NDF”) e contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 que prevê a contabilização do diferencial a receber ou a pagar do valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no Ativo ou Passivo, respectivamente, e apropriado ao resultado como receita (quando ganho) ou despesa (quando perda).

e) Outros créditos

São representados principalmente pelos valores a receber de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que as adquirentes devem repassar à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma do MercadoLivre.com e outras plataformas de *e-commerce*, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis.

O Mercado Pago também adota a política de efetuar a antecipação de parte do saldo destes valores. As taxas e os prazos de desconto são negociados a cada operação. Estas transações configuram como transferência de direitos de crédito e, tanto os riscos como os benefícios significativos destes ativos, são assumidos pelas instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida na Demonstração do Resultado no momento em que a Companhia concorda em liquidar antecipadamente um recebível.

f) Provisão para "chargeback"

A provisão para "chargeback" é realizada com base nas contestações dos valores a receber de transações de cartões de crédito junto às adquirentes e que estão em processo de análise, podendo ocasionar perdas futuras. É estimada utilizando-se o critério desenvolvido internamente pela Administração que leva em consideração um percentual aplicável sobre o total das transações realizadas.

g) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"), quando aplicável. Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a tais custos e que possam ser mensurados com segurança. Os custos com reparos e manutenções são reconhecidos como Despesa quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: imóveis de uso e instalações em imóveis – 5%, móveis e utensílios – 20% e máquinas e equipamentos – 33%.

h) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

São reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo os gastos com desenvolvimento diretamente necessários para fazer com que estejam prontos para serem utilizados pela Administração, líquido das respectivas amortizações e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"). Os custos associados à manutenção destes ativos são reconhecidos como Despesa conforme incorridos.

A amortização do Ativo Intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: marcas e patentes – 20% e aquisições e desenvolvimento de software – 33%, considerando o período do contrato.

i) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30 de junho de 2019.

j) Outros depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Referem-se aos valores mantidos em contas de pagamento, a pagar aos usuários vendedores, oriundos das transações da plataforma MercadoLivre.com e outras plataformas e que, no fim de cada exercício, não tenham sido resgatados. São registrados pelos valores das transações dos vendedores, líquido das comissões cobradas pelo Mercado Pago (percentuais sobre a venda realizada, processamento da transação na plataforma, parcelamento das compras, transferências financeiras da conta de pagamento para conta de depósito, etc.).

k) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no momento da prestação de serviço de pagamento escolhida pelo comprador para quitação de um produto adquirido por meio do domínio Mercado Livre ou em domínios de outras plataformas de "e-commerce". É apresentada líquida de impostos, devolução, abatimentos e descontos.

O Mercado Pago oferece também serviços de meios de pagamentos, fora da plataforma do Mercado Livre e pode ser contratado por qualquer empresa de comércio eletrônico. Nesta modalidade, as receitas também são reconhecidas no momento da opção do comprador por efetuar o pagamento por meio do Mercado Pago.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no Patrimônio Líquido.

n) Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia.

o) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

4. DISPONIBILIDADES

	<u>30.06.2019</u>
Depósitos bancários	105.797
Depósitos no exterior – moeda estrangeira (i)	<u>231</u>
Total	<u>106.028</u>

(i) São compostos por valores disponíveis em dólar em contas bancárias no exterior.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

Em 30 de junho de 2019, os títulos e valores mobiliários foram classificados como "disponíveis para venda", composto pelos saldos apresentados abaixo:

	<u>30.06.2019</u>		
	<u>Sem</u> <u>vencimento</u>	<u>De 3 a</u> <u>12 meses</u>	<u>Valor</u> <u>de mercado</u>
Títulos de Renda Fixa:			
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	175.456	175.456
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	107.501	107.501
Cotas de fundos de investimento	95.159	-	95.159
Títulos e valores mobiliários - exterior	-	95.816	95.816
Renda fixa - vinculados à prestação de garantias (i)	-	<u>1.435.522</u>	<u>1.435.522</u>
Total	<u>95.159</u>	<u>1.814.295</u>	<u>1.909.454</u>

(i) São compostos por Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") utilizados para garantir os saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de pagamento, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.705/2014.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2019.

b) Instrumentos financeiros derivativos:

O Mercado Pago participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias de suas operações, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Tais instrumentos derivativos são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que alguns aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos, etc.

O único instrumento derivativo utilizado é o contrato a termo de moeda (NDF), cuja metodologia de precificação para a apuração do valor de mercado é a utilização do fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros.

Segregação por tipo de contrato, contraparte e "notional":

<u>Contratos</u>	<u>Contraparte</u>	<u>"Notional"</u>	<u>Diferencial</u> <u>a receber</u>	<u>Diferencial</u> <u>a pagar</u>
Termo de Moeda	Mercado de Balcão	230.849	265	(3.949)

6. OUTROS CRÉDITOS – CURTO PRAZO

	<u>30.06.2019</u>
Valores a receber – Adquirentes (i)	306.200
Valores a receber – Ligadas (ii) – nota nº 9	180.581
Valores a receber – Transações de pagamentos (iii)	66.112
Impostos e contribuições a compensar	24.831
Imposto de renda a recuperar	9.423
Adiantamentos e antecipações salariais	62
Outros Créditos	12.980
(-) Provisão para “chargeback” – nota nº 7	<u>(26.867)</u>
Total	<u>573.322</u>

- (i) São constituídos pelos valores a receber das adquirentes oriundas das transações de cartões de crédito parcelado, dentro da plataforma Mercado Livre e outras plataformas com prazo médio de recebimento de 30 dias.
- (ii) São valores a receber que o Mercado Pago possui com sua empresa coligada Ebazar.com.br LTDA (“EBA”) oriundas das operações de “shipping” com prazo de recebimento de 30 dias.
- (iii) Correspondem substancialmente aos valores a receber de usuários finais, relativos a transações de pagamento, tais como: comissões cobradas dos usuários por conta do processamento do pagamento, tarifas de retiradas do dinheiro disponível da conta de pagamento pré-paga, comissão de transações realizadas com cartão pré-pago e processamento de vendas por meio de boletos.

7. PROVISÃO PARA “CHARGEBACK”

O Mercado Pago realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores a receber de usuários finais, relativos às transações de pagamento. A movimentação do semestre findo em 30 de junho de 2019 está detalhada a seguir:

	<u>30.06.2019</u>
Saldo inicial em 31.12.2018	(18.657)
Adições	(13.172)
Recebimentos e reversões	4.962
Saldo final em 30.06.2019	<u>(26.867)</u>

8. OUTROS CRÉDITOS – LONGO PRAZO

	<u>30.06.2019</u>
Devedores por depósitos em garantia (i)	81.297
Créditos tributários de impostos e contribuições – nota nº 22b	49.280
Total	<u>130.577</u>

- (i) Correspondem aos investimentos sob restrição e aos saldos depositados judicialmente referente aos processos judiciais relacionados ao não recolhimento de determinados impostos sobre operações de remessas para a matriz MercadoLibre Argentina (vide nota explicativa nº 14).

9. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 30 de junho de 2019, o Mercado Pago manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	30.06.2019			Total
	MercadoLibre Argentina	MercadoLivre Brasil	EBA	
Transações a receber – nota nº 6	-	9.930	170.651	180.581
Transações a pagar – nota nº 13c	(105.674)	(77.151)	(501.895)	(684.720)
Total	(105.674)	(67.221)	(331.244)	(504.139)

A Companhia registrou no Resultado do exercício findo em 30 de junho de 2019 o valor de R\$123.643 referente a receita com partes relacionadas e R\$298.674 referente a despesas administrativas rateadas pela sua controladora.

A remuneração total dos administradores no semestre foi de R\$3.121.

10. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	30.06.2019			Saldo Líquido
	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	
Imobilizações em curso	-	460	-	460
Instalações/ benfeitorias	5%	61.497	(9.245)	52.252
Móveis e utensílios	20%	16.402	(7.197)	9.205
Máquinas e equipamentos	33%	16	(16)	-
Total		78.375	(16.458)	61.917

b) Movimentação do imobilizado

	30.06.2019				Total
	Imobilizações Em curso	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	
Saldos em 31.12.2018	766	61.480	13.313	16	75.575
Adições/transferências	(306)	17	3.089	-	2.800
Saldos em 30.06.2019	460	61.497	16.402	16	78.375

11. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	30.06.2019			
	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Software	33%	127.956	(70.917)	57.039
Desenvolvimento de software (i)	-	<u>12.722</u>	-	<u>12.722</u>
Total		<u>140.678</u>	<u>(70.917)</u>	<u>69.761</u>

(i) Correspondem às horas de serviços de TI necessárias para o desenvolvimento de novos softwares/sistemas.

b) Movimentação do intangível

	30.06.2019		
	Softwares	Desenvolvimento de software	Total
Saldos em 31.12.2018	106.348	8.137	114.485
Adições/ transferências	<u>21.608</u>	<u>4.585</u>	<u>26.193</u>
Saldos em 30.06.2019	<u>127.956</u>	<u>12.722</u>	<u>140.678</u>

12. OUTROS DEPÓSITOS

Referem-se aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	30.06.2019
Saldos de livre movimentação	940.136
Saldos bloqueados (i)	<u>713.952</u>
Total	<u>1.654.088</u>

(i) Correspondem aos saldos mantidos em contas de pagamento de usuários vendedores de operações onde ainda não foi efetivada a entrega do produto para o comprador e/ou nos casos em que ainda não foram transcorridos os 28 dias de prazo desde o início da transação, caso a entrega ainda não tenha sido confirmada.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	30.06.2019
Dividendos e bonificações a pagar	3
Gratificações e participações a pagar	<u>59</u>
Total	<u>62</u>

b) Fiscais e previdenciárias

	<u>30.06.2019</u>
Impostos e contribuições a recolher	53.042
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	376
Provisão para impostos e contribuições diferidos – nota nº 22b	<u>23.403</u>
Total	<u>76.821</u>

c) Diversas

	<u>30.06.2019</u>
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	684.720
Credores diversos - país	114.262
Provisão para pagamentos a efetuar	20.674
Provisão para ações judiciais – nota nº 14	<u>8.911</u>
Total	<u>828.567</u>

- (i) São constituídos substancialmente pelos valores que devem ser repassados para EBA (empresa coligada) nas operações de “shipping” e corresponde ao montante que é cobrado do usuário final por transação nas plataformas, líquido da parcela da receita de processamento do Mercado Pago.

O restante dos valores inclui: rateio pelo uso da plataforma, rateio pelo processamento e utilização dos servidores de internet da matriz, reembolso de gastos, imagem corporativa, etc.

A partir deste ano, foi aprimorado o critério de rateio envolvendo as despesas de pessoal das áreas de Atendimento ao Consumidor (“CX”) e Fraude. Anteriormente, estas despesas eram suportadas integralmente por EBA, já que a maioria das transações ocorriam dentro da plataforma Mercado Livre. Porém, com a mudança nos negócios do grupo e o aumento significativo das transações realizadas fora da plataforma, a Administração concluiu que tais despesas deveriam também ser suportadas por Mercado Pago.

14. CONTINGÊNCIAS

O Mercado Pago, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal e cível em diversas instâncias, ajuizados. A Administração da Companhia adotou como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião de seus assessores jurídicos externos, a análise das demandas judiciais pendentes e o histórico de perdas efetivas.

a) Composição das provisões

Em 30 de junho de 2019, o saldo das provisões para ações judiciais é composto pelo seguinte:

	<u>30.06.2019</u>
Provisão para ações judiciais (i)	8.841
Provisão – outros	<u>70</u>
Total	<u>8.911</u>

- (i) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza cível de relação de consumo, no qual há a probabilidade de perdas prováveis segundo opinião dos assessores jurídicos.

A Companhia pleiteia judicialmente o não recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre remessas efetuadas para controladora na Argentina, relativas à prestação de serviços de IT, tendo em vista evitar a dupla tributação dos valores envolvidos nessas operações. A Companhia, por esse motivo, efetua depósitos em juízo relativos a tais valores enquanto discute a causa no âmbito judicial. Os valores depositados atualizados em 30 de junho de 2019 eram de R\$81.297. Os assessores legais avaliaram que as chances de perda de tal causa é possível e, por essa razão, a Companhia não registrou nenhuma despesa ou passivo para referido tema.

b) Movimentação das provisões

	<u>30.06.2019</u>
Saldos em 31.12.2018	6.690
Constituição/ reversão	4.468
Pagamentos	<u>(2.247)</u>
Saldos em 30.06.2019	<u>8.911</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$68.290 representados por 68.289.985 cotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma, assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>30.06.2019</u>
MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda.	99,99	68.283
Mercadolibre, INC.	0,01	7
Total (em reais)	<u>100</u>	<u>68.290</u>

Em 30 de abril de 2019 foi aprovada pelas sócias representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago o aumento do Capital Social por meio da Reserva de Lucros mediante a emissão de 28.000.000 de cotas no montante de R\$28.000.

b) Destinação dos lucros

No semestre findo em 30 de junho de 2019, conforme deliberação dos sócios, houve a distribuição de lucro do semestre no montante de R\$15.000.

16. RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30.06.2019</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	45.141
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(3.684)
Resultado de operações de câmbio	<u>(38)</u>
Total	<u>41.419</u>

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

30.06.2019

Receitas de prestação de serviços (i)

1.347.257

Total

1.347.257

- (i) Correspondem às receitas de comissões cobradas dos usuários finais de operações realizadas dentro da plataforma do Mercado Livre ("fee" de "marketplace", processamento da transação e parcelamento de compras) ou de outras plataformas de "e-commerce" (processamento da transação, parcelamento de compras), venda de MPOs, pagamentos de compras e tarifa de retiradas.

18. DESPESAS DE PESSOAL

30.06.2019

Proventos

(40.116)

Encargos sociais

(4.095)

Benefícios

(3.640)

Treinamento

(454)

Total

(48.305)

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

30.06.2019

Despesa com processamento de dados

(115.974)

Despesa com promoções e relações públicas

(81.945)

Despesa com propaganda e publicidade

(42.115)

Despesa com depreciação e amortização

(19.289)

Despesa com serviços técnicos especializados

(11.933)

Outras despesas administrativas

(6.834)

Total

(278.090)

20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

30.06.2019

Despesa de contribuição ao COFINS

(131.354)

Despesa de ISS

(33.804)

Despesa de contribuição ao PIS/PASEP

(28.452)

Outras despesas tributárias

(13.644)

Total

(207.254)

21. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30.06.2019</u>
Outras rendas operacionais (i)	<u>50.867</u>
Despesa pelo recebimento antecipado de valores (ii)	(357.038)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	(349.239)
Outras despesas operacionais (iii)	<u>(148.268)</u>
Total outras despesas operacionais	<u>(854.545)</u>
Total	<u>(803.678)</u>

- (i) Refere-se basicamente à receita pelo serviço de intermediação no qual o Mercado Pago atua como correspondente bancário na originação de operações de crédito de bancos parceiros.
- (ii) Referem-se substancialmente às despesas pelo recebimento antecipado da agenda de valores a receber das adquirentes relativas às transações parceladas de cartões de crédito.
- (iii) Correspondem às despesas relacionadas à atividade de transação de pagamento (ex.: "interchange fee") e operações entre empresas coligadas.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no resultado do semestre.

	<u>30.06.2019</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	51.349
Alíquota vigente	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	<u>(17.459)</u>
Efeito de itens permanentes:	
Parcela dedutível de PCLD	501
Outros gastos não dedutíveis	<u>(44)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(17.002)</u>

- b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	<u>31.12.2018</u>	<u>Variação</u>	<u>30.06.2019</u>
Impostos diferidos ativos sobre:			
PDD e "Chargeback"	8.081	20.684	28.764
Provisões para contingências e outras provisões	4.642	13.439	18.081
Variação cambial	2.592	(220)	2.372
Outros	62	1	63
Depreciação e amortização de ativos permanentes	<u>(14.232)</u>	<u>(9.171)</u>	<u>(23.403)</u>
Ativo	12.332	36.948	49.280
Passivo	<u>(11.188)</u>	<u>(12.215)</u>	<u>(23.403)</u>
Total	<u>1.144</u>	<u>24.733</u>	<u>25.877</u>

23. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, o Mercado Pago, adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (operacional, de liquidez e de crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

O Mercado Pago possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Tal política foi estabelecida pela sua acionista majoritária (MercadoLibre, Inc.) e conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco controlado.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: i) falhas na proteção e na segurança de dados relacionados aos usuários finais ou transações de pagamento, ii) falhas de identificação e autenticação do usuário final, iii) falhas na autenticação das transações de pagamento, iv) fraudes internas e externas, v) práticas inadequadas relativas a usuários finais e serviços de pagamento, etc.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.681/2013, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de "disclosure".

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos e de concentração de passivos, antecipação de recebíveis junto às Adquirentes que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Em caso de necessidade, a Companhia também pode recorrer à sua Matriz para obtenção de empréstimo de longo prazo.

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo inadimplementos.

O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartões e das adquirentes, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos. A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeita ao risco de crédito, procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos.

24. LIMITES OPERACIONAIS

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

Em 30 de junho de 2019, o patrimônio líquido da Companhia é de R\$162.832, superior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$86.415.



Tulio Xavier de Oliveira
Responsável Legal



Regis Reis
Contador CRC-1SP 192454/O-8